

O que me dá sempre uma certa vontade de rir é a ideia de que a filosofia «trata de problemas». Ela surge muito claramente no texto de Charles Larmore na *Philosophie*, «Convictions philosophiques»: «Parece-me que a única definição adequada da filosofia consiste na simples enumeração dos problemas que por razões diversas, historicamente contingentes, foram classificados como “filosóficos”». De onde vem este meu riso um pouco tonto? De algo que o próprio Larmore explicita quando se confronta com Rorty: «Temos a impressão de que para Rorty não existem problemas filosóficos. Onde quer que existam problemas, há exigências exteriores a que o pensamento deve responder. Um problema que se inventou não é um verdadeiro problema. A noção de problema é assim inseparável da noção de uma verdade independente da nossa vontade. Ora, segundo Rorty, a filosofia deveria conceber-se acima de tudo, não como a procura “epistemológica” da verdade, mas como a procura “hermenêutica” de novas maneiras interessantes e produtivas de falar».

Muito bem. Mas o meu riso ingénuo e malcriado vem disto mesmo. Porque ou os problemas filosóficos se «resolvem», e então não sei muito bem o que os distingue de problemas científicos, ou então não são para «resolver», e nesse caso é um pouco ridículo o emprego de tanto esforço honesto para os tentar «resolver» (não seria melhor reconvertê-lo ao estatuto de «maneiras interessantes e produtivas de falar?»).

Manuel Maria Carrilho, no seu livro a tantos títulos interessante *Rhétoriques de la modernité* (publicado a abrir uma nova colecção das Presses Universitaires de France), dá-nos uma perspectiva muito completa da questão. Explica-nos como, a

partir dos anos 20, se começou a querer saber «se existem problemas filosóficos». Isto vai sobretudo surgir no quadro do positivismo lógico, e segundo dois movimentos que podem ser caracterizados do seguinte modo: primeiro, foi-se colocar a filosofia no interior do paradigma científico da relação problema/solução; e depois verifica-se que, «se os problemas filosóficos são específicos, não satisfazem os critérios de resolução; e se *eles* não são específicos, então não respeitam as exigências que os tornariam admissíveis enquanto problemas.» É aqui precisamente que Manuel Carrilho acha que se torna necessário «um modelo diferente da articulação problema/solução», e se torna legítimo o recurso às teses de Michel Meyer. Depois de uma análise das abordagens cientista, epistemológica e hermenêutica da questão, e partindo de uma noção de «tensão problemática» (processo de conhecimento desencadeado por uma situação de *resistência*: o «espanto» de Aristóteles, a «perplexidade» de Wittgenstein, a «irritabilidade» de Peirce, a «dúvida» de Descartes, e aqui seria interessante o confronto com as teses desenvolvidas nos trabalhos de Patrice Loraux), Manuel Carrilho vai buscar a Collingwood um tipo de aproximação do conhecimento que privilegia a *interrogação* em relação à estrutura proposicional das respostas (proposições que deveriam ter uma correspondência com frases indicativas) — o que é um tema caro a Vergílio Ferreira, o da resistência da interrogação face à dissolubilidade da pergunta.

Prosseguindo nesta via, e com o apoio de Deleuze, Manuel Carrilho vai dizer-nos que «existe sempre uma solidariedade entre o problema e a teoria no quadro do qual ele aparece, e é por isso que é impossível fazer uma caracterização geral, isto é,